



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ATO N.º 4, DE 1981

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere o § 4.º do artigo 45 da II Consolidação do Regimento Interno, nomeia os Deputados abaixo para comporem as Comissões a seguir discriminadas, em virtude de vaga, por renúncia, da nobre Deputada Irma Passoni:

COMISSÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Membro Efetivo

Deputado Luiz Sérgio Claudino dos Santos

53.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 25 DE MAIO DE 1981

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30min, abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abraham Dabus — Ademar de Barros — Agenor Lino de Mattos — Almir Pazzianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antonio Carlos Mesquita — Antonio Rezak — Rubens Lara — Maurício Najjar — Armando Pinheiro — Vicente de Paulo Penido — Benedito Campos — Carlos Zuppo — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tomaz de Lira — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emilio Justo — Evandro Mesquita — Fausto Rocha — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hatiro Shimomoto — Hélio Cesar Rosas — Irma Passoni — Ivan Espíndola de Ávila — Jairo Matos; Januário Mantelli Neto — Jilnei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellan — Archimedes Lammoglia — Silveira Ferraio — José Stropoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio o Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — Castello Branco — Marcos Cortes — Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mário Ladeira — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabil Chedid — Nodeci Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Doreto — Reginaldo Valadão — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaga — Sylvio Martini — Theodósina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simionato — Vicente Botta — Málek Assad — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares e Walter Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. Deputado Hélio Nunes da Silva para, como 2.º Secretário ad hoc, proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Hélio Nunes da Silva — PDS) procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. Deputado Ivan Espíndola de Ávila para, como 1.º Secretário ad hoc, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Ivan Espíndola de Ávila — PDS) procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTARIO DA 53.ª SESSÃO ORDINÁRIA

25-5-81

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Pres. Januário Mantelli Neto — Abre a sessão.
- 2 — Walter Auada — Assume a Presidência.
- 3 — José Bustamante — Verbera a reabertura de cassinos no País.
- 4 — Irma Passoni — Aborda a gravidade do problema de desemprego em São Paulo, aludindo à situação da Telefunkem, onde vêm ocorrendo demissões em massa.
- 5 — Marcos Aurélio Ribeiro — Pelo art. 83, levanta QO pedindo o efetivo cumprimento do RI quanto aos requerimentos de constituição de CETs.
- 6 — Pres. Walter Auada — Compromete-se a encaminhar a QO à Presidência efetiva da Casa.
- 7 — Ivan Espíndola de Ávila — Lamenta o falecimento do arcebispo Euclides Deslandes e presta-lhe homenagens póstumas.
- 8 — Francisco Dias — Fala sobre os problemas enfrentados pelos usuários das Rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias e apela para o ministro dos Transportes, solicitando o alargamento de ambas.
- 9 — Maurício Najjar — Refere-se aos incidentes ocorridos em Botucatu durante a visita do Governador Paulo Maluf. Lê o esclarecimento oficial prestado pela Reitoria da UNESP e telegrama enviado pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal de Botucatu.
- 10 — Almir Pazzianotto Pinto — Alude ao pronunciamento do Deputado Maurício Najjar, discordando do mesmo.

PRESIDÊNCIA dos Srs. Januário Mantelli Neto e Walter Auada

SECRETÁRIOS, Srs. Ivan Espíndola de Ávila e Hélio Nunes da Silva

11 — Marcelino Romano Machado — Apoiava o pronunciamento do Deputado Maurício Najjar e defende a posição do Governador Paulo Maluf. Manifesta seu descredito quanto à efetividade das CETs.

12 — Luiz Máximo — Reporta-se ao pronunciamento do Deputado Marcelino Romano Machado, defendendo a constituição de CETs, e criticando o pronunciamento do Governador Paulo Maluf.

13 — Franco Baruselli — Condena os acontecimentos ocorridos durante a visita do Governador Paulo Maluf a Botucatu e repudia as insinuações feitas pelo Deputado Marcelino Romano Machado contra o Deputado Fernando Moraes.

14 — Alvaro Fraga — Congratula-se com a CETESP pelo funcionamento do sistema telemétrico de controle de poluição.

15 — Manoel Sala — Comenta a visita do Governador Paulo Maluf a Botucatu.

16 — Agenor Lino de Mattos — Da conhecimento das providências do Departamento Hidroviário do Estado a fim de evitar acidentes nos transportes efetuados por balsas.

17 — Reginaldo Valadão — Analisa a crise de desemprego no país.

18 — Walter Lemes Soares — Encaminha requerimento de congratulações com os Srs. Palmiro Nitrini e Dionísio de Souza Figueiredo, pela concessão de título de Cidadãos Proeminentes da Cidade de Lins.

GRANDE EXPEDIENTE

19 — Manoel Sala — Defende a política do Sr. Paulo Maluf em relação aos outros Estados e tece críticas à Oposição.

20 — Pres. Walter Auada — Suspende a sessão por 5 min. Reabre a sessão 5 min. após. Solicita revisão das notas taquigráficas relativas ao pronunciamento do Deputado Manoel Sala.

21 — Pres. Januário Mantelli Neto — Assume a Presidência. Suspende a sessão. Reabre a sessão 10 min. após. Lê requerimento do Deputado Walter Lemes Soares, solicitando licença para se ausentar do país. Coloca-o em discussão, e o declara sem debate aprovado. Lê requerimento do Deputado Robson Marinho, solicitando licença para se ausentar do país. Coloca-o em discussão, e o declara sem debate aprovado. Suspende a sessão até as 16h29min. Reabre a sessão 15 min. após. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 26-05, à hora regimental. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — (Januário Mantelli Neto — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Hatiro Shimomoto. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Silveira Sampaio. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Osmar Ribeiro Fonseca. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado José Yunes. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Theodósina Rosário Ribeiro. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Alvaro Fraga. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Ricardo Izar. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Castello Branco. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Rezak. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Hélio Cesar Rosas. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado José Bustamante.

— Assume a Presidência o Sr. Walter Auada

O SR. JOSÉ BUSTAMANTE (PMDB) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, conforme havia prometido, volto a falar contra a reabertura dos jogos em nosso País.

Membro Substituto

Deputado Geraldo Siqueira

COMISSÃO DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

Membro Substituto

Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy

Assembleia Legislativa, em 5 de junho de 1981.

A) JANUÁRIO MANTELLI NETO, Presidente

Conforme V. Exas. sabem, o Deputado José Bustamante sempre foi contra a reabertura dos cassinos. E é do nosso conhecimento que algumas pessoas — dentre as quais destaco o Sr. Ciro Betelli de Carvalho — têm procurado manter contato com Senadores e Deputados federais, em Brasília, para que seja aprovado pelo Congresso Nacional projeto regulamentando o funcionamento de cassinos.

Este Deputado deseja informar que apesar de ser proibido o jogo em nosso País, existem inúmeros cassinos funcionando clandestinamente e que têm levado à ruína centenas e centenas de brasileiros que os frequentam às escondidas.

Por ser o Brasil um país cristão, não podemos permitir que voltem a funcionar esses tipos de atividade que nenhum benefício trazem ao nosso povo. Pelo contrário, a reabertura dos cassinos, só trará a desgraça aos lares brasileiros.

Portanto, peço a Deus que ilumine o Presidente João Baptista Figueiredo, para que S. Exa. não permita seja aprovado lei objetivando a reabertura dos cassinos, pois o Brasil precisa de paz e não de cassinos, o que tem servido para enriquecer um pequeno grupo de interessados, como é o caso do criador milionário Frank Sinatra que, segundo estamos informados, pretende abrir cassinos em nosso País.

É para nós confortador saber que o Presidente da EMBRATUR, ilustre professor Miguel Colassuono, também é contra o funcionamento de cassinos no Brasil. Esperamos que S. Exa., o Sr. Ministro da Justiça, também se manifeste contra, pois se tal não acontecer, este Deputado pretende liderar um movimento nesta Assembleia Legislativa, nas ruas e nos palanques, no sentido de as autoridades deste País — EMBRATUR, Secretaria de Turismo do Estado e Ministério da Justiça — não permitirem o funcionamento de cassinos em todo o território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Walter Auada — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Máximo. (Pausa). Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Moraes. (Pausa). Tem a palavra a nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o problema do desemprego em São Paulo toma características bastante graves e hoje fui convidada a ir, às 5 hs. da manhã, à fábrica da Telefunkem, na Avenida Sabará, Região de Pedreira, Santo Amaro.

Eu considero bastante séria a atitude da Telefunkem, pois a impressão que eu tive quando cheguei foi a de que eu estava entrando num campo de concentração. Na portaria, uma fileira de uns dez guardas armados e as centenas de operários deviam passar ao lado desses guardas, como se estivessem entrando para a prisão, e com pavor imenso de conversar com suas colegas ou receber material de chapas de sindicatos, porque são proibidas de conversar com qualquer pessoa que seja.

Na sexta-feira foram suspensas publicamente as demissões, mas sutilmente foram desempregados, em massa, dezenas de mulheres e homens, enquanto, por outro lado, é solicitado aos funcionários restantes que façam horas extras. A maior revolta que senti naquele momento foi que, à medida em que iam chegando os operários, imediatamente a segurança da fábrica mandou chamar a polícia, polícia militar e polícia civil, e depois de cinco minutos estavam lá carros oficiais, um deles com a inscrição GC-5231 — na porta de um fusca — com uma senhora sentada de um lado e um policial do outro, para acobertar o desemprego na Telefunkem.

Eu sinto revolta muito profunda aqui dentro, porque nós aprovamos, achamos justo, o aumento salarial dos policiais, mas acho que deve haver proibição aliás na teoria já há, mas na prática não existe, proibição de policiais prestarem serviços particulares a empresas privadas, como pude ver hoje, na porta da Telefunkem. Além do policiamento ostensivo, há o policiamento exercido pela pressão, com um policial sem farda tomando nota das chapas de todos os carros que ficam no pátio ou na rua da Telefunkem.

Eu considero que o dever de um policial para com o povo deve estar acima dos in-

teresses de empresas particulares, como a Telefunkem. Os operários protestam de forma pacífica, como faziam hoje de manhã, dizendo para os companheiros que não deviam fazer horas extras, porque fazendo isso estariam apolando o desemprego. Se há desemprego, por que horas extras? Onde está a razão do desemprego na Telefunkem?

Eu considero muito grave a atitude da Telefunkem, como de muitas outras empresas que estão no caminho do desemprego em massa. E considero mais grave ainda o apoio policial para uma atitude dessas. Será que a polícia também está a favor do desemprego? Como viver dois, três, quatro, cinco meses desempregado, com uma família que tem cinco, seis bocas para manter? Como é que as pessoas vivem?

Creio que hoje, não tenho certeza, mas creio que as empresas em São Paulo estão provocando o desemprego, para provocar a insegurança dos trabalhadores. A medida em que há desemprego, ninguém sequer reclama por que não há água no banheiro, por que o banheiro não funciona, por que não existe refeitório, porque as mínimas condições de trabalho não são reivindicadas dentro de uma fábrica, os direitos humanos fundamentais, os direitos trabalhistas. A pressão em São Paulo está de uma maneira tão grave a fim de que os operários se mantenham amordaçados, não reclamem dessa vida e o desemprego continue em massa. Então, na verdade, a proteção da polícia, indiretamente, e diretamente na Telefunkem, como hoje às cinco horas da manhã, evidentemente o Governo do Estado de São Paulo está de acordo com o desemprego. É bom que haja desemprego, é bom que haja insegurança, é bom que milhões de pessoas passem fome, porque assim a gente manja mais fácil. Acho que o crime maior que existe hoje é empresas, como a Telefunkem, produzindo, exportando e vendendo em quantidade, demitindo funcionários e imediatamente exigirem dos outros que façam horas extras. As horas extras são horas que são devidas a outros desempregados. E o jogo das horas extras é o que provoca o desemprego em massa em São Paulo.

Aqui deixo o meu protesto sério e principalmente quero encaminhar uma queixa ao Sr. Secretário da Segurança, no sentido de que não admita que PMs, carros oficiais fiquem em portas de fábricas para acobertar o desemprego, para ajudar as empresas a afastar os operários da sua reivindicação de não se fazer horas extras, a fim de que se segure um pouco mais o problema do desemprego em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Reginaldo Valadão. (Pausa.)

O SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO (PT) (Pelo Artigo 83) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Regimento Interno, no seu Artigo 18, Inciso 1.º, letra B, dispõe que deve o Sr. Presidente fazer observar o Regimento Interno desta Casa. O mesmo Regimento, no Artigo 34, § 1.º, diz que os requerimentos de formação de comissões de inquérito deverão ser submetidos à discussão e votação transcorridas 24 horas de sua apresentação. Ainda o mesmo Artigo, parágrafo 3.º, dispõe que não poderá funcionar concomitantemente mais de cinco comissões de inquérito.

Existem já protocolados nesta Casa mais de 20 requerimentos de formação de comissões de inquérito. Dentre esses requerimentos, destacaria os requerimentos para apurar irregularidades no DETRAN; a situação dos desaparecidos; as irregularidades na utilização de propaganda oficial que o Governo do Estado faz em emissoras de rádio, televisão e jornais; as irregularidades no caso do Projeto ALFA e vários e outros. Alguns desses requerimentos de constituição de comissões de inquérito foram colocados em votação no final do ano passado e não houve quórum para se deliberar. No início deste ano ainda não houve possibilidade de se colocar em votação essas comissões de inquérito. Hoje estamos diante da seguinte realidade: não existe nenhuma comissão de inquérito funcionando nesta Casa. É obrigação do Sr. Presidente colocar em votação os requerimentos de formação de comissões de inquérito, o que até agora não ocorreu.

Queria apresentar, então, a seguinte questão de ordem a V. Exa., para que seja submetida ao Presidente efetivo desta Casa: se o Regimento Interno será devidamente respeitado e obedecido; se esses requerimentos de formação de comissões de inquérito serão colocados na Ordem do Dia, para que este Plenário possa deliberar so-